



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A7 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju • Edição de Fim de Semana
Sábado 06, Domingo 07 e Segunda 08 de agosto de 2016

Frentas e deputados de Sergipe avaliam PEC

Projeto visa renegociação de dívidas com os Estados e dita limites de gastos públicos

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), em Sergipe, reuniu-se nessa sexta-feira, 5, com deputados federais da bancada de Sergipe na Câmara Federal, no auditório da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase). O deputado federal André Moura, líder do governo federal, fez uma explanação a respeito da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos públicos. O projeto integra o pacote de medidas econômicas do governo e estabelece que o reajuste das despesas da União deve ser vinculado à variação da inflação do ano anterior. Assim, se a PEC for aprovada neste ano pelo Congresso, o gasto de 2017 se limitará às despesas de 2016, corrigidas pela inflação de 2016.

Moura explicou que o projeto visa fazer a renegociação das dívidas com os Estados e estabelece limites de gastos públicos. "Por exemplo, os Estados que estão acima do limite prudencial têm até 10 anos para se enquadrar ao limite e os estados que estão abaixo do limite não podem aumentar suas despesas, além do determinado na variação do índice do IPCA. O governo federal não pode negociar sem que os Estados também não façam sua parte criando uma trava no gasto público", informou o deputado.

Ele afirmou, durante a reunião com os magistrados, Ministério Público e Defensoria Pública, que o governo federal não quer interferir nos orçamentos do Poder Judiciário e nem do Ministério Público. "O projeto quer que os governos estaduais limitem seus gastos", afir-



■ Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público reuniu-se nessa sexta-feira, 5, com deputados federais da bancada de Sergipe

mou. Os deputados Bosco Costa e João Daniel também estiveram presentes. Bosco Costa disse que iria analisar a PEC e defender medidas que não atingissem os servidores públicos.

• Limites

O deputado federal João Daniel explicou aos integrantes da Frentas que seu entendimento e da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara é que o projeto que trata das dívidas dos Estados seja negociado em separado da questão dos limites de gastos dessas instituições. "Porque não se pode prejudicar a carreira e os servidores públicos. Por isso, estamos conversando com as categorias e defendendo essa questão", disse João Daniel.

• Reuniões

Esta é a segunda reunião da Frentas com parlamentares sergipanos nesta semana. No último dia 01, aconteceu com os senadores e nessa sexta-feira com os deputados federais. O presidente da Amase, Antônio Henrique de Almeida Santos, avaliou como muito proveitosas as duas reuniões e que serviram para esclarecer alguns pontos que se mostravam danosos para as carreiras dos magistrados, Ministério Público e Defensoria Pública.

"O fato de nós ouvirmos os posicionamentos dos nossos parlamentares e percepção deles em relação aos projetos que estamos discutindo é muito importante. Na conversa com os senadores, discutimos os projetos de lei que reajusta os subsídios e a do abuso de autoridade, e outros projetos que impactam nos órgãos. Eles afirmaram apoiar nossos pleitos e depois da conversa passou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado o pleito dos subsídios e também concordaram que haja uma ampla discussão sobre a lei do abuso de autoridade, disse Antônio Henrique.

Segundo o presidente da Amase, com os deputados 'podemos ouvir o líder do governo na Câmara propostas de substitutivos que já foram apresentadas e pelo que ele nos relatou tudo anda no sentido de alguma forma atender aos nossos interesses, mas por enquanto isso é proposta e estaremos atentos'. "O projeto original da PEC dos limites de gastos era nefasto ao Poder Judiciário e Ministério Público", avaliou o presidente da Amase.

Na segunda-feira, 8, o presidente da Amase participará de um ato da Frentas, em Brasília junto com a Associação dos Magistrados Brasileiros e outras associações de magistrados e do Ministério Público e Defensoria Pública.



NESTA SEGUNDA-FEIRA, 8, O PRESIDENTE DA AMASE VAI PARTICIPAR DE UM ATO DA FRENTAS, EM BRASÍLIA